

# Estados manterão bolsas, mesmo com o Pé-de-Meia

Com a soma dos benefícios locais e federal, jovens da Bahia, Santa Catarina, Alagoas e Goiás vão receber entre R\$ 300 e R\$ 770 mensais, além de bônus ao se formarem. Profissionais da educação apontam queda na evasão escolar

BRUNO ALFARO  
bruno.alfaro@globo.com

Estados que já oferecem bolsas de estudo para alunos de escolas públicas vão manter seus programas mesmo com a criação do Pé-de-Meia, projeto do governo federal que pagará para os estudantes de todo o país frequentarem as aulas. Com isso, jovens de Bahia, Santa Catarina, Alagoas e Goiás vão receber entre R\$ 300 e R\$ 770 mensais, além de bônus ao se formarem.

Os programas de bolsas foram criados durante a pandemia para tentar conter a alta da evasão e o fechamento das escolas e a procura de trabalho por adolescentes pobres que precisavam contribuir para a renda das famílias. O modelo é inspirado em ações de outros países, como o Jóvenes en Acción, projeto colombiano que paga até R\$ 5,9 mil a alunos do ensino médio. Em 2017, um estudo da Universidade de los Andes descobriu que o programa implementado em 2013 diminuiu pela metade a evasão nesta etapa do ensino.

Em Goiás, a taxa de evasão caiu de 18,5% em 2019 para 9%, no ano passado, de acordo com a secretaria de Educação do estado, Fátima Gavioli. Com a regra de cortar o pagamento nos meses em que o estudante tem menos de 75% de presença, o programa ajuda a detectar rapidamente quem deixou de ir às aulas.

— Esse monitoramento substituiu a busca ativa tradicional — explica Gavioli, referindo-se ao processo de identificação dos faltosos, que em seguida é procurado por uma equipe da escola, às vezes com outros estudantes, ou da secretaria.

**TEMPO INTEGRAL**  
Como o pagamento é feito em cartão, o estado acompanha como o dinheiro é gasto. Como o Pé-de-Meia, o governo de Goiás enviou um projeto de lei à Assembleia Legislativa para diminuir o valor dos alunos de tempo parcial de R\$ 100 para R\$ 50 e aumentar de R\$ 100 para R\$ 200 os de tempo integral, em que o estudante fica mais de sete horas diárias em aula, que estão no CadÚnico. — Muitas vezes esses jovens deixam de estudar na escola integral. Querem trabalhar



Auxílio. Alunos em sala: programas de bolsas foram criados durante a pandemia para tentar conter a alta da evasão escolar motivada pela busca por trabalho

## ENTENDA O PÉ-DE-MEIA

### QUEM TEM DIREITO?

Dois grupos recebem o benefício. Alunos do ensino médio de 14 a 24 anos cujas famílias estão inscritas no CadÚnico. Alunos do ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos de 18 a 24 anos cujas famílias estão inscritas no CadÚnico.

**QUAL VALOR?**  
R\$ 200 mensais. Esse dinheiro pode ser sacado o dinheiro fica retido até o final do ensino médio. R\$ 1 mil por ano de aprendizagem. R\$ 200 por fazer o TCC.

**O QUE PRECISA FAZER?**  
Ter mais de 80% de presença. Só a matrícula na escola já garante a primeira parcela de R\$ 200.

— Considerando alunos que começam a estudar no 9º ano do ensino médio em 2024. \*\* Leve que criou o programa prevê que a bolsa seja encerrada no fim de 2024. ENTRENOTAS/ARTS

### CONHEÇA AS BOLSAS DE ESTUDO DOS ESTADOS

| GOIÁS   | BAHIA  | SANTA CATARINA**  | ALAGOAS   |
|---|--|---|---|
| Quem tem direito? Todos os estudantes do ensino médio   | Alunos de todas as etapas escolares cujas famílias estão no CadÚnico | Estudantes do ensino médio cujas famílias estão no CadÚnico     | Alunos do ensino médio  |
| O que precisa fazer? 75% de presença e tirar pelo menos 6 em cada disciplina                        | 75% de presença  | 75% de presença   | Ter mais de 90% de presença   |
| Qual valor? R\$ 131,92 por mês  | R\$ 150 por mês para um filho e mais R\$ 50 para cada irmão          | R\$ 568 mensais   | R\$ 100 para alunos de tempo parcial e R\$ 150 para alunos de tempo integral, mais R\$ 2 mil quando o estudante se formar                           |
| Valor total ao fim do ensino médio* R\$ 2,7 mil do governo do estado R\$ 9,2 mil do governo federal | R\$ 4,9 mil do governo do estado R\$ 9,2 mil do governo federal      | R\$ 6,5 mil do governo do estado R\$ 9,2 mil do governo federal | R\$ 5,3 mil do governo do estado (a uno do tempo parcial) R\$ 6,5 mil do governo do estado (a uno do tempo integral) R\$ 9,2 mil do governo federal |
| <b>Total R\$ 12,9 mil</b>   | <b>R\$ 14,1 mil</b>  | <b>R\$ 15,7 mil</b>   | <b>R\$ 14,5 mil (gratuito de tempo parcial) R\$ 16,1 mil (anulo do tempo integral)</b>  |

no caso de alunos que precisam ajudar com as contas de casa. Para Gavioli, a complementação do programa estadual faz a balança pender mais para a sala de aula. — Se para estudar o aluno

vai ganhar R\$ 400, a escola vai ganhar essa disputa. Aluno da rede estadual de Alagoas, Lucas Sabino, de 17 anos, recebeu em 2023 R\$ 100 do programa de bolsa estadual e R\$ 200 para ser

monitor de sala, um projeto da rede em que o estudante ganha para ajudar o professor. Com o Pé-de-Meia, vão ser mais R\$ 200. Isso significa R\$ 500, quase o salário de 30 horas para trabalhar como jovem aprendiz (em torno de R\$ 650), e R\$ 5,5 mil ao fim do ano — são 11 meses de pagamentos.

— Vários amigos pararam de faltar — conta o jovem. — Comprei um celular, meu material escolar, várias coisas. Até roupa nova já comprei. Com essa parcela a mais, vou ajudar em casa.

No estado, só recebe quem atingir 90% de presença (sem recorte de renda) e isso alcança mais de 70% da rede de ensino médio do estado.

— Essa parceria com o governo federal é de extrema importância, sobretudo se considerarmos que parte significativa da população alagoana está na chamada linha de pobreza — diz Roseane Vasconcelos, secretária de Educação de Alagoas. O Pé-de-Meia foi lançado em janeiro e prevê beneficiar 2,4 milhões de alunos do Ensino Médio e 170 mil estudantes entre 19 e 24 anos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Devem ser investidos na política cerca de R\$ 20 bilhões até 2026.

## ANTÔNIO GOIS

antonio.gois@globo.com



## Equívocos no debate sobre gasto

O gasto público com educação no Brasil — considerando todas as esferas — foi de R\$ 520 bilhões em 2022, ou 5,2% do PIB. A informação consta do relatório “Despesa por Função do Governo Geral”, publicado no mês passado pelo Tesouro Nacional. Sempre que divulgados, esses dados alimentam uma necessária discussão sobre a qualidade do investimento, mas geram também simplificações e equívocos.

Um primeiro erro é restringir a análise apenas ao percentual do PIB e compará-lo com a média de países desenvolvidos, hoje muito semelhante à do Brasil. É uma medida relevante do esforço proporcional comparado a outras nações, mas é insuficiente para concluir, só a partir dela, em conjunto com os resultados do Pisa, que estamos gastando mal. Uma razão do equívoco nessa análise é que ela ignora o histórico de investimento maior dos países ricos. Como resultados educacionais mensurados no presente são fortemente influenciados pelos indicadores do passado (a escolaridade e renda dos pais, por exemplo, é o principal fator a explicar o desempenho dos filhos), é irrealista imaginar que, assim que igualássemos a proporção do PIB das nações desenvolvidas, imediatamente alcançaríamos os mesmos resultados. Outro dado nem sempre citado é que o PIB per capita brasileiro, sendo muito menor, resulta também num gasto por aluno muito inferior.

Outro equívoco frequente no debate é inferir que o nosso principal problema seria de prioridade entre setores. Esse tipo de argumen-

to é muito repetido também quando a OCDE divulga o relatório anual “Education at a Glance”. O documento mostra que, em dólares já ajustados ao poder de compra, nosso investimento público anual por aluno no superior é praticamente o mesmo da média da OCDE (US\$ 14.735 x US\$ 14.839), ao passo que, na educação básica, a discrepância é enorme (US\$ 3.583 x US\$ 10.949).

Um dado quase sempre omitido nessa comparação é que, no caso brasileiro, estamos falando de um universo de 2 milhões de universitários em instituições públicas, frente a mais de 38 milhões de alunos em escolas municipais, estaduais e federais na educação básica. Mesmo se, numa absurda hipótese de o poder público zelar seu investimento no ensino superior e direcionar o valor totalmente para a educação básica, o incremento por aluno na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio seria inferior a 30%. Ou seja, continuariamos a léguas de distância dos países ricos nesse indicador.

Outro fator comumente ignorado é a natureza peculiar do ensino superior brasileiro. Por aqui, 79% dos universitários estão em instituições privadas, ante 29% da média da OCDE. Além disso, as públicas concentram mais de 90% da pesquisa nacional, o que encarece seus custos por aluno. Mesmo assim, a USP, universidade nacional de melhor avaliação em rankings internacionais, gastava por aluno em 2017, de acordo com estudo publicado em julho de 2019 na revista da Fapesp, 8% do verificado no MIT, 9% em Stanford ou 16% em Harvard, apenas para citar algumas universidades privadas americanas no topo de rankings internacionais.

Nenhum dos argumentos acima inviabiliza o debate sobre a necessidade permanente de mais eficiência no gasto público. É fato que temos vários problemas a serem enfrentados, cuja análise não caberia no curto espaço desta coluna. Mas, até para que o diagnóstico seja mais preciso e trate das verdadeiras feridas, é necessário antes fugir de explicações simplistas.